

**ENTRE OS RASTROS E PISTAS DA MEMÓRIA DA ESCOLA DE
APRENDIZES ARTÍFICES DE ALAGOAS (1910-1913)**

MARCONDES DOS SANTOS LIMA*

Resumo

A escrita do texto é fruto da participação no projeto de pesquisa Acervo Bibliográfico de Docentes Alagoanos (1840-1960), realizado durante o período de 2015 e 2016, em que a proposta é transcrever obras raras publicadas por professores (as) alagoanos (as). Um dos materiais transcritos em que pudemos nos debruçar, ainda que de forma militada, considerando as muitas pistas e rastros que não pudemos nos deparar na investigação, foram os relatórios da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas de 1910 e 1913. Construindo a relevância de reconstruir a trajetória desta instituição de ensino profissionalizante do Estado de Alagoas, acreditamos que este artigo contribuíra para a área de História da Educação, em específico a História do Ensino Profissional brasileiro. Construir o percurso, ainda que inicial, da Escola de Aprendizes Artífices, nos revela indícios sobre o modelo de educação no interior desta instituição, as práticas de ensino, o tipo de currículo adotado pela instituição e o estereótipo de aluno e futuro homem que se queria formar para então nascente República. Para a construção do percurso desta instituição, nos apropriamos de duas fontes primárias, que são os dois relatórios da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas de 1910 e 1913, solicitados à época, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Ambas as fontes, relatam as primeiras experiências de funcionamento da instituição; contratação de professores para ministrar os cursos; o número de alunos matriculados e materiais solicitados pela direção da escola. O estudo do historiador da educação César Augusto Castro (2007) nos ajudará na compreensão da organização da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, tomando como referência a pesquisa que ele fez sobre as Casas de Educandos Artífices do Império brasileiro. Acerca das orientações-metodológicas tomaremos como referência historiográfica Marc Bloch (2001), que discute as especificidades da prática historiográfica; Peter Burke (2005) e Sandra Jataí Pesavento (2014) que fazem uma discussão sobre a escrita historiográfica numa perspectiva da História Cultural.

Palavras-chave: Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas – Memória – 1910 e 1913

Considerações Iniciais

O texto em apreço é resultado de uma inicial análise em torno de dois relatórios sobre o funcionamento da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas e de um panfleto

* Graduando do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL

que traz informações acerca do componente curricular da instituição estudada. Os dois relatórios correspondem, um ao ano de 1910 e outro ao ano de 1913. Para a compreensão destas fontes escritas, que serviram de subsídio para a reconstrução dos primórdios da Escola de Aprendizes Artífices, optamos por estruturar o texto em três partes, em que cada tópico trata de descrever o que estas fontes trazem em seu interior, buscando ao mesmo tempo dialogar com autores que nos auxiliaram na compreensão e contextualização das atividades desenvolvidas na instituição de ensino profissional.

O decreto de criação e abertura das Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil ocorreu no dia 23 de setembro de 1909, pelo então Presidente da República na época Nilo Peçanha, para o fomento do ensino profissional em 19 estados brasileiros: Escola de Aprendizes Artífices de Piauí; Goiás; Mato Grosso; Rio Grande do Norte; Paraíba; Maranhão; Paraná; Alagoas; Campos (RJ); Pernambuco; Espírito Santo; São Paulo; Sergipe; Ceará; Bahia; Pará; Santa Catarina; Minas Gerais e Amazonas. A Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas foi inaugurada em 1910 sob a direção de Miguel Guedes Nogueira. (MEDEIROS NETA, NASCIMENTO e RODRIGUES, 2012).

Os autores Medeiros Neta, Nascimento e Rodrigues (2012, p. 97) complementam que diferentemente das Escolas Normais e dos Grupos Escolares, que foram contemporâneos as Escolas de Aprendizes Artífices, esta última se diferenciava pelo fato de investir “numa formação socioeducativa de assistência ao menor ‘desvalido’ ou ‘transviado’, pela aprendizagem de um ofício e preparação para o trabalho.”

Em um primeiro momento apresentamos o que o Relatório de 1910 redigido por Miguel Guedes Nogueira, diretor da Escola de Aprendizes Artífices, nos informa enquanto uma fonte de informação. Neste relatório encontramos o relato acerca das condições de funcionamento da instituição, no que diz respeito a sua estrutura física, e em que condições a escola foi inaugurada em Alagoas.

No tópico a seguir, tratamos acerca do componente curricular, citando as áreas do conhecimento que eram ministradas nos cursos primário, de desenho e no complementar. É por meio destes saberes indicados no panfleto que podemos traçar o

possível perfil de aluno e de futuro “cidadão” que se queria ter na sociedade da primeira República alagoana.

E por fim, o relatório de 1913 redigido pelo diretor Joaquim Goulart de Andrade, em que apontamos o número de alunos matriculados no respectivo ano, e os reveses que a instituição enfrentou em seu quarto ano de funcionamento, sobretudo dos exíguos recursos repassados pelo Governo Central que não dava o suporte necessário para que as escolas permanecessem no padrão.

Relatório da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1910) – Miguel Guedes Nogueira

O texto é um relatório de 1910 se tratando da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas que foi apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Pedro de Toledo. Neste relatório consta um resumo sobre a abertura e funcionamento da instituição entre os anos de 1909-1910, que foi redigida pelo diretor na época Miguel Guedes Nogueira.

De acordo com o relatório a Escola Aprendizes Artífices foi solicitada pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Indústria, tendo na época de sua inauguração três prédios que foram concedidos pelo Governo do Estado de Alagoas. Estes prédios, por sua vez, passaram por uma reforma antes da inauguração, com a ajuda do Governo Federal e o Ministério. Em estudo feito por Rosilda Germano da Silva (2010) sobre o Colégio de Educandos Artífices da província alagoana as instituições de ensino-profissional no Brasil, desde o Oitocentos funcionaram em locações precárias, que acabava por dificultar o processamento das atividades ofertadas.

Em sua abertura no ano de 1910 a Escola de Aprendizes Artífices tinha 93 alunos matriculados, sendo que destes, apenas 60 alunos frequentavam os cursos elementar e de desenho regularmente, sendo a sua maioria analfabeta. Em um estudo feito por Maria das Graças de Lóiola Madeira (1999), sobre a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará, ela nos informa que um dos vieses sociais do Estado cearense era o analfabetismo, que era visto como uma chaga, e que só educação teria o antídoto para aplaca - lá. A partir do relatório é possível perceber que o analfabetismo também era um

problema social alagoano, visto que os alunos da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas recebiam nos cursos a iniciação nas letras. (RELATÓRIO, 1910).

Com base no manual curricular de 1911, referente às disciplinas ofertadas na Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas, é possível perceber que a instituição ofertava dois cursos. O primeiro era o curso primário, onde era ofertado os curso elementares e complementar; o segundo curso era o de desenho com duração de quatro anos. Além destes cursos, eram ofertadas as oficinas, tais como: sapataria; marcenaria; serralharia; carpintaria e funilaria. Os alunos tinham a idade entre 10 e 13 anos, sendo das cores preta, mestiça e branca.

Segundo Nogueira, era imprescindível, que ao sair do estabelecimento os meninos exercessem em sociedade o ofício de que aprenderam: “Torna-se preciso que os menores educados na Escola, ao sahir de suas officinas encontrem campo vasto para exercerem suas profissões.” (RELATÓRIO, 1910, p. 7). César Augusto Castro (2007), ao estudar as casas de educando artífices de várias províncias do país nos anos oitocentos considera que o intuito era transformar os desvalidos em uma massa laboriosa e prestativa.

Em pesquisa feita por Monica Luise Santos (2008) sobre a Escola Central de Maceió no Império, que ofertava aos meninos negros livres uma educação tanto elementar, como oficinas de marcenaria, sapataria, tipografia, explica que o objetivo desta instituição não era ascender economicamente o negro, mas de apenas reforçar a sua condição de inferioridade, sendo que agora livre, e para isto exerceria ofícios rudimentares. A partir disto, podemos concluir que o mesmo pode ter sido com a Escola de Aprendizes Artífices nos anos de 1910, já que seus alunos como citado anteriormente, eram de etnia negra, mestiça e branca, sendo que o sujeito de cor branca era desvalido.

O interesse em modelar a mente e o comportamento dos desvalidos através do ensino profissional chegou até o período republicano. Segundo Madeira (1999) o discurso de civilizar o povo era muito corrente e caro a elite republicana, que procurava

adequar às instituições sociais para este fim. Para a autora através do trabalho o homem se tornaria um ser civilizado e útil aos interesses do Estado. Sendo assim as Escolas de Aprendizes Artífices prestariam este papel, formando assim o novo homem moderno.

Programa dos Cursos Primário e de Desenho da Escola de Aprendizes e Artífices do Estado de Alagoas (1911) – Typographia Americana

O panfleto que apresenta o currículo da instituição é um manual curricular de 1911 publicado pela editora Typographia Americana de Maceió. No transcorrer da leitura da obra, é possível perceber que o conteúdo refere-se às disciplinas que deveriam ser ministradas nos cursos primário e de desenho da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas. O texto é dividido em duas partes. Na primeira são apresentadas as atividades curriculares referentes ao programa do curso primário e em seguida as atividades referentes ao programa do Curso de Desenho.

Integrando o programa do curso primário, tem-se o curso de nível elementar, seguido de um curso complementar. No curso elementar da primeira série do primeiro ano tinha-se a leitura de textos seguido da cópia das palavras; o exercício da moral inculcando princípios de bons costumes e boas conversações; educação cívica, em que caberia aos alunos aprenderem a citar o nome do Estado e do país onde nasceram as ciências físicas e naturais engloba a zoologia, botânica e ginástica. Na segunda série do primeiro ano, são as mesmas disciplinas, porém algumas áreas do saber são acrescentadas tais como: Cosmografia; Termos e Geografia. Em relatório de 1910, enviado ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro de Toledo, sobre o desempenho da Escola de Aprendizes e Artífices, foi descrito as condições mentais que os alunos deveriam ter para cursar ou o curso primário ou o complementar.

O curso elementar, que consta de dois anos, destina-se aos alunos que entram para a Escola sem saber ler e escrever, e o complementar, que consta também de dois anos, é reservado aos alunos mais adiantados. (RELATÓRIO, 1910, p. 6).

No curso complementar do primeiro ano as disciplinas ofertadas eram: escrita, caligrafia, aritmética, cosmografia, geografia, moral e educação cívica. Além das ciências físicas e naturais, que na obra é apresentada em tópico a parte das outras áreas do saber que não pertencem ao campo das exatas. No segundo ano, o aluno continuava a ter as mesmas disciplinas, mas agora com a inserção da higiene da digestão que discute sobre o excesso do uso de álcool e fumo e a mineralogia que discute a composição dos minerais.

De acordo com o relatório de 1913 enviados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ainda que os alunos tivessem estas disciplinas humanísticas, o foco central era o aprendizado nas oficinas, tais como: sapataria, alfaiataria, marcenaria dentre outros. (RELATÓRIO, 1913).

Na segunda parte que trata das disciplinas referentes ao programa de curso de desenho, o texto nos mostra que o aluno estudava um período de quatro anos, em que as atividades curriculares eram todas voltadas para o campo das ciências exatas. Como a geometria prática que, é um saber que está inserido nos quatro anos de curso de desenho; arquitetura e agrimensura.

Relatório da Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas (1913) – Joaquim Goulart de Andrade

O relatório transcrito é de 1913, e foi redigido pelo diretor da Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas o professor Joaquim Goulart de Andrade destinado, ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Dr. Pedro de Toledo. No relatório consta um resumo sobre o desempenho e o funcionamento da instituição durante o ano de 1912. O diretor inicia o texto explicando que a instituição é de ensino técnico-profissional primário, e que um de seus prédios pertenceu ao antigo Liceu Alagoano; Liceu de Artes e Ofícios; Quartel do Batalhão Policial e a Força de Segurança.

É solicitado no início do relatório recursos ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, para a realização de alguns reparos na infraestrutura do prédio, como a pintura da fachada principal. E o relator argumenta que os fracos recursos

repassados tem sido insuficiente para a manutenção do estabelecimento onde funciona a escola.

Em 1911, attendi com os fracos recursos dos creditos concedidos, pelas diversas sub-consignações da verba 8. á Delegacia Fiscal neste Estado, a reparos, caiações, pinturas, limpeza e concertos diversos, todos relativos aos asseio, segurança, conveniencia e conservação do edificio, conforme as contas enviadas á Directoria Geral de Contabilidade d'esse Ministerio. (RELATÓRIO, 1913, p. 4).

Em leituras que fiz sobre a Escola de Aprendizes Artífices em alguns estados brasileiros nos primeiros decênios da República, pude perceber que as escolas de Paraná, Rio Grande do Norte e Ceará, enfrentaram as mesmas dificuldades que a Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas passou em termos de repasse de recursos. O que acabava por dificultar a aprendizagem dos alunos nos cursos. (PANDINI, 2006; MEDEIROS NETA, NASCIMENTO e RODRIGUES, 2012; MADEIRA, 1999).

Na primeira experiência do ensino profissional em Alagoas em 1854 com a criação do Colégio de Educandos Artífices, Germano (2010) nos diz que houve circunstâncias de não haver alimentação e roupa para os alunos. Em seguida, o relatório traz vários tópicos concernente ao que foi executado pela direção da escola, como a nomeação da professora do curso primário D. Alice Calheiros de Mello e a professora adjunta D. Aurelina de Oliveira; e dos cursos de desenho o professor José Roiz de Albuquerque Maia e o professor adjunto Rosalvo Ribeiro.

Em relação ao número de alunos matriculados em 1912, que era de 194 meninos, se comparado ao relatório de 1910, que era de 93 alunos, percebe-se que houve um aumento significativo na matrícula. Suponhamos que uma das razões pelas quais propiciou este aumento foi à criação da oficina de eletrotécnica, solicitada pelo Governador do Estado á época o Coronel d' Artilharia Clodoaldo da Fonseca, isto porque impulsionaria a economia do Estado.

A instituição também se apropriava de alguns mecanismos de controle, para tornar os alunos indivíduos disciplinados. E para isto costumavam premiá-los, mas na

maioria dos casos utilizava o método das reações naturais de Spencer, o que gerava um nível agradável de disciplina.

De acordo com Madeira (1999) o pensamento de Spencer era muito difundido entre os intelectuais cearenses, isto porque, o pensador em sua obra *Educação Intelectual, moral e física*, discute uma educação pautada em valores nacionalistas. O que para a época era importante inculcar na cabeça dos menores desvalidos um espírito de amor à pátria.

Considerações finais

Averiguar a trajetória desta escola de ensino profissionalizante nos faz perceber o quanto esta modalidade enfrentou dificuldades desde a sua abertura em 1910 até o seu fechamento. Ainda que, a Escola de Aprendizes Artífices do Estado tivesse o custeamento do Governo Central, ainda assim os contratempos foram muitos, desde a ausência de materiais até a falta de roupas e alimentos. Ou seja, os intentos do Governo Central não estiveram em sintonia com a dimensão do projeto de dar abertura á estas instituições de caráter profissionalizante.

Pode-se perceber ainda que Alagoas nos anos iniciais da República se encontrava dentro de um movimento de civilizar e modernizar a sociedade brasileira, e a educação, em específico o ensino profissionalizante seria uma forma de lograr tal fim. Logo, o interesse imediato não era a formação humana ou geral do alunado, e sim a formação de uma força-de-trabalho que viria ocupar o seu espaço na nascente República, que aspirava aos ideais europeus de modernidade.

Em linhas gerais, a pesquisa nos possibilita refinar o meu olhar em relação às obras raras, que em muitos casos se encontram em estado precário, considerando a época em que foram publicadas e em que condições foram produzidas. O resgate e a releitura destas fontes permite-nos tecer a história de uma instituição que ocupou um lugar social em Alagoas, com vias de contribuir para a massificação de sujeitos aptos ao trabalho manual, para a construção de um Brasil moderno.

Indicamos que por este estudo ser ainda inicial, muitas pistas ainda nos resta encontrar, considerando que toda pesquisa é inacabada, diante da complexidade do conhecimento, e do quanto às mesmas fontes podem nos trazer novas informações, cada vez que nos dispomos a fazer a sua leitura em busca do que ainda desejou ter escrito.

Referências

- ANDRADE, Joaquim Goulart. **Relatório apresentado ao Dr. Pedro de Toledo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio**. Maceió: Typographia da Livraria Commercial, 1913.
- CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro. **Nilo Peçanha e o percurso inicial da Escola de Aprendizes Artífices (1909-1930)**. VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 5 Conferência Internacional de História Econômica. Disponível em: <http://file:///c:/documents%20and%20settings/maq07/meus%20documentos/downloads/nilo%20peanha%20e%20o%20percurso%20inicial%20da%20escola%20de%20aprendizes%20artifices%201909-1930.pdf>>. Acesso em: 09/de agosto de 2015.
- CASTRO, César Augusto. **Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da casa dos Educandos Artífices (1841-1889)**. São Luís: EDFUNC, 2007.
- GERMANO, Rosilda da Silva. **O Colégio de Educando Artífices do Brasil- Império: As raízes do Ensino Profissional para as crianças pobres em Alagoas (1854-1861)**, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.
- MADEIRA, Maria das Graças de Loiola Madeira. **Recompondo memórias da educação: a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (1910-1918)**. Fortaleza: CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 1999.
- NOGUEIRA, Miguel Guedes. **Relatório apresentado ao Dr. Pedro de Toledo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio**. Maceió: Livraria-fonseca, 1910.
- O. M. MEDEIROS NETA, J. M. NASCIMENTO E A.G. F. RODRIGUES. Uma Escola para Aprendizes Artífices e o Ensino Profissional Primário Gratuito. **HOLOS**, Natal, vol 2. ISSN 1807 – 1600, Maio. 2012. Disponível em: < <http://www2.ifrn.edu.br/Acesso> em:< 27 de junho de 2015>.
- SANTOS, Monica Luise. **A educação de meninos negros na Escola Central em Maceió (1881-1893)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.
- PANDINI, Silvia. **A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná: “viveiro de homens úteis e aptos” (1910-1928)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em

Educação. Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2006. Disponível em: <
http://www.ppge.ufpr.br/teses/M06_pandini.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2015.